

IPARDES

Instituto Paranaense de
Desenvolvimento Econômico e Social



TABELA DE RECURSOS E USOS - TRU

PARANÁ - 2015

CURITIBA

2020

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior | *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Valdemar Bernardo Jorge | *Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Antônio Guilherme de Arruda Lorenzi | *Diretor-Presidente*

Francisco Carlos Rogério | *Diretor Administrativo-Financeiro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior | *Diretor do Centro de Pesquisa*

Daniel Nojima | *Diretor do Centro Estadual de Estatística*

EQUIPE TÉCNICA

Mari Aparecida dos Santos

Ricardo Kureski

COLABORAÇÃO

Cassiano Correa de Oliveira

Guilherme Amorim

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti | *Coordenação*

Stella Maris Gazziero | *Editoração de texto*

Régia Toshiem Okura Filizola | *Editoração de texto*

Estelita Sandra de Matias | *Revisão de texto*

Diogo Augusto Cotovicz | *Editoração digital*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	7
1 DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	8
1.1 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO.....	8
1.2 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO RESTO DO MUNDO.....	8
1.3 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO RESTO DO BRASIL (INTERESTADUAL)	9
1.4 MARGENS E IMPOSTOS.....	9
1.5 MARGEM DE COMÉRCIO E TRANSPORTE	9
1.6 CONSUMO INTERMEDIÁRIO.....	10
1.7 CONSUMO DO GOVERNO.....	11
1.8 CONSUMO DAS FAMÍLIAS.....	11
1.9 FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO.....	12
1.10 VARIAÇÃO DE ESTOQUES	13
1.11 COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO.....	13
1.11.1 Remuneração dos Empregados	13
1.11.2 Excedente Operacional Bruto e Rendimento Misto Bruto	13
1.11.3 Impostos e Subsídios Sobre Produtos e Produção.....	14
1.11.4 Pessoal Ocupado	14
2 PRINCIPAIS RESULTADOS	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22
APÊNDICE - COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 2015	23

APRESENTAÇÃO

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes - SEPL. Sua função é estudar a realidade econômica e social do Estado para subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

Nesse sentido, dois estudos foram elaborados de forma inovadora: a Tabela de Recursos e Usos (TRU) e a Matriz Insumo Produto (MIP), do Paraná, do ano de 2015. A TRU foi construída, pioneiramente, utilizando dados de Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), disponibilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA/PR), seguindo a metodologia consonante com o Sistema de Contas Nacionais e Regionais do Brasil, que, por sua vez, é orientado pelo Manual de Contas Nacionais 2008 – *System of National Accounts* (SNA).

O resultado deste trabalho representa o esforço da Diretoria do Centro de Pesquisa e da Diretoria do Centro Estadual de Estatística do IPARDES e, em particular, da equipe técnica do Núcleo de Macroeconomia e Desenvolvimento Regional, no sentido de inovar os estudos relativos à economia paranaense, os quais vêm sendo realizados com afincamento a partir da estimação das Contas Regionais do Paraná, consolidados pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) – estadual e municipal – e do PIB trimestral.

Cumprir citar o trabalho compartilhado com a SEFA/PR no processo de extração e elaboração dos dados fiscais trabalhados, fundamental aos resultados apurados.

Com a divulgação deste trabalho, os estudiosos da economia paranaense contam com um conjunto de informações relativas aos fluxos de oferta e demanda de bens e serviços da economia estadual, da geração de renda e emprego de cada atividade econômica, bem como de diversas outras possibilidades de estudos estruturais. A TRU é apresentada em um contexto no qual são demonstradas as categorias de produção, consumo e acumulação do conjunto da economia e das suas inter-relações.

A construção da TRU também permite a estimação do PIB pelas três óticas, a saber: da renda; da produção; e da demanda (consumo, investimento, gastos governamentais e setor externo). Isso é importante do ponto de vista técnico, pois o conhecimento dessas informações tem caráter essencial para o desenvolvimento de políticas e ações localizadas e direcionadas a setores específicos da atividade econômica. A perspectiva do IPARDES é que, ao cumprir mais uma vez sua atribuição inicial, coloca à disposição este importante instrumento analítico da composição da atividade econômica.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a principal fonte de dados que abrange variáveis sobre a evolução das atividades econômicas e que engloba todas as unidades da federação está no Sistema de Contas Regionais (SCR) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborada em parceria com os órgãos estaduais de estatística. Nesse sentido, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) reuniu informações dessa importante fonte, além de incluir, pela primeira vez, informações dos registros das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e), da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) do Paraná, para a construção da Tabela de Recursos e Usos (TRU), para o ano de 2015. O uso dos dados da NF-e foi viabilizado por esforço técnico desta Secretaria em paralelo ao trabalho compartilhado da mesma com o IPARDES, em termos da interpretação das características e da adequação desse instrumento fiscal aos critérios científicos e metodológicos da TRU.

TRU é um conjunto de tabelas que apresenta o fluxo de oferta e demanda dos bens e serviços, além da geração de renda intrínseca ao processo produtivo do período, em cada atividade econômica. As tabelas expõem a relação de compra e venda do consumo intermediário, por atividade e por grupo de produtos, bem como apresentam a conta de produção. Por meio da TRU é possível determinar a estrutura da demanda final, decompondo em valores das exportações de bens e serviços (para o exterior e para outros estados), da administração pública, do consumo das famílias, do consumo do governo e dos investimentos. Integra também essas tabelas o total de pessoas ocupadas em cada atividade. Esse conjunto de informações dá ênfase à análise do processo produtivo, do lado real da economia, além de possibilitar diversas análises de impactos setoriais (IBGE, 1997).

As informações das Notas Fiscais Eletrônicas oportunizam uma inovação para formar a base de dados da atual TRU em relação à dos anos anteriores. Tais informações fiscais têm garantia digital do emitente. Além disso, a NF-e permite determinar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Fiscal (CNAE-Fiscal) do emitente, o devido Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) de mercadorias, classificadas pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e o valor de cada operação.

Assim, a possibilidade de detalhamento da base de dados, formada pela junção das informações fiscais e das contas regionais, compatibilizadas, reflete em ganho qualitativo para a construção das tabelas de produção e, principalmente, de consumo intermediário, componentes da TRU.

Desse modo, pioneiramente empregando as informações das notas fiscais eletrônicas, este trabalho apresenta a metodologia utilizada para a construção da TRU de 2015 para o Estado do Paraná. A partir dela, será possível realizar estudos aprofundados da economia regional, com ênfase nas análises setoriais e na identificação de potenciais impactos gerados pelos diversos setores. Ademais, a TRU é utilizada para a construção da Matriz Insumo Produto (MIP) e para a análise do processo de produção, geração de renda e emprego do Estado.

1 DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A metodologia empregada na elaboração da Tabela de Recursos e Usos (TRU) do Estado do Paraná foi baseada nas publicações e notas metodológicas do IBGE. Devido à característica regional de cada estado e das diferentes estruturas da base de dados, foram realizadas algumas adaptações na metodologia do Paraná, a fim de enfatizar os aspectos econômicos do Estado e compatibilizar o trabalho com a disponibilidade de dados estatísticos.

1.1 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

O valor da produção corresponde ao valor de todos os bens e serviços produzidos na economia estadual no período de um ano. Abrange tanto a produção de bens intermediários, utilizados dentro do processo produtivo, como os bens finais, destinados às famílias, empresas, governo ou a exportações. A produção é valorada a preços básicos, não considerando as margens de transportes e de comercialização e os impostos sobre produtos.

O valor da produção das atividades da agropecuária, indústria e serviços é divulgado pelo Sistema de Contas Regionais (SCR). Para a obtenção do valor bruto da produção dos produtos da agropecuária nas Contas Regionais utilizou-se o Censo Agropecuário 2006, projetado para o ano de 2015. Além disso, foram utilizados dados das pesquisas da Produção Agrícola Municipal (PAM), Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) e Pesquisa da Pecuária Municipal.

Para a indústria de transformação, o valor da produção divulgado pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) não possibilita identificar os segmentos da indústria estadual. Assim, optou-se por desagregar esse valor, utilizando os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) e da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). Para as demais atividades, a classificação corresponde exatamente à das Contas Regionais.

1.2 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO RESTO DO MUNDO

Os dados de comércio exterior mensais (importação e exportação) foram obtidos pelo Sistema Aliceweb do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), classificados de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Os valores das exportações e importações foram, em seguida, classificados segundo os produtos da Tabela de Recursos e Usos do Paraná. Cabe destacar que valores mensais estavam em dólares FOB, que, através da taxa de câmbio média mensal, foram transformados em reais.

1.3 IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO RESTO DO BRASIL (INTERESTADUAL)

As informações sobre o comércio interestadual são provenientes dos registros fiscais, disponibilizados pela SEFA. As variáveis de importação e exportação foram elaboradas a partir das transações de compra e venda de produtos entre empresas de fora do Estado e de dentro do Estado, registradas por meio da NF-e de saída, que traz a informação de CFOP, ou seja, o tipo de operação. Foram consideradas operações de compra e venda, com valor comercial, e transferências para industrialização. Foram excluídas as operações de devoluções, outras transferências, retornos, entre outras operações semelhantes, sem valor comercial. As transações classificadas conforme Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE- 2.0), a sete dígitos, foram agregadas conforme a correspondência do Sistema de Contas Nacionais (SCN 2010). Os produtos registrados com a Nomenclatura Comum do Mercosul foram agregados, também, conforme SCN 2010. As exportações do comércio foram alocadas nas atividades correspondentes da indústria. Para as atividades comerciais sem relação direta com a indústria utilizou-se a estrutura da PIA para o rateio.

1.4 MARGENS E IMPOSTOS

O valor da produção é estimado a preço básico. Assim, a soma do valor da produção a preço básico, das margens e dos impostos resulta no valor da produção a preço de mercado. Ao somar o valor do imposto ao valor adicionado, chega-se no Produto Interno Bruto a preço de mercado.

O ICMS foi obtido junto à SEFA. Os valores do imposto sobre produção industrial (IPI) e outros impostos menos subsídios foram obtidos na Receita Federal. Assumiu-se que as alíquotas dos impostos dos produtos são as mesmas da tabela de recursos do Brasil, aplicadas sobre o valor total do produto mais importação de bens do Paraná.

Para o cálculo do imposto de importação, valor obtido na Receita Federal, foram utilizadas as alíquotas de imposto da TRU do Brasil aplicadas sobre o valor total da importação de bens do Paraná.

1.5 MARGEM DE COMÉRCIO E TRANSPORTE

A atividade comércio compra bens para revenda. A diferença do valor das compras menos o valor das vendas, somada à variação dos estoques, resulta na margem de comércio. Para valor da margem fez-se a distribuição por produto de acordo com a estrutura da margem na economia brasileira.

Conforme o Sistema de Contas Nacionais, a margem de transporte são os custos de transporte identificados separadamente, quando da entrega do produto. Para as margens de transporte de cada produto utilizou-se a estrutura de margem da TRU do Brasil.

1.6 CONSUMO INTERMEDIÁRIO

O consumo intermediário, derivado das transações entre empresas de dentro do Estado, representa o valor dos insumos utilizados no processo produtivo de cada setor, exceto bens de capital e serviços ligados à transferência ou à instalação de ativos, os quais, por sua vez, constituem a formação bruta de capital fixo, da demanda final.

A estrutura do consumo intermediário foi obtida diretamente das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) do Paraná. A NF-e de entrada/saída contém informações sobre a descrição do produto ou serviço, com respectiva NCM, que transita entre estabelecimentos, com determinada natureza de operação (CFOP). A natureza da operação selecionada para este fim foi de compra ou venda com valor comercial e transferência para industrialização.

Após a seleção das operações enquadradas como consumo intermediário, os produtos selecionados, conforme classificação NCM, exceto formação bruta de capital (conforme a tabela de “Correspondência NCM 2011 x Contas x BEC”), foram agregados de acordo com o SCN. Tal como foi feito para a classificação das atividades e produtos dos fluxos interestaduais, também foram utilizadas para essas classificações as tabelas: da Correspondência entre atividades-contas de divulgação do SCN 2010 e a classe CNAE 2.0 (4 dígitos); e do Tradutor Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) - Comércio Exterior/Contas Nacionais (2016).

Para fins de organização, foram traçados fluxos de comércio dos produtos, demandados por cada grupo de atividade das Contas Nacionais: do exterior para o Paraná, de outros estados para o Paraná; e de dentro do Estado. A soma dessas três matrizes compõe o consumo intermediário da indústria.

Os demais grandes setores, como agropecuária, comércio e serviços, são pouco representados pelas NF-e, pois grande parte das atividades desse setor é registrada por outro tipo de documento fiscal, como: Nota fiscal do Produtor; Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e); Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Desse modo, o cálculo para o consumo intermediário para agropecuária, comércio e serviços foi obtido por meio das Contas Regionais. A distribuição dos fluxos entre as atividades levou em consideração as informações da matriz de consumo intermediário das Contas Nacionais do Brasil, conforme a equação 1:¹

$$Z_{ij}^{PR} = \left(\frac{Z_{ij}^{BR}}{VBP_j^{BR}} \right) * VBP_j^{PR} = a_{ij}^{BR} * VBP_j^{PR} \quad (1)$$

onde Z_{ij}^{PR} é o consumo do produto i pelo setor j no Paraná; VBP_j^{PR} é o valor bruto da produção do setor j no Paraná; Z_{ij}^{BR} é o consumo do produto i pelo setor j no Brasil; e VBP_j^{BR} é o valor bruto da produção do setor j no Brasil.

Após esse procedimento foi realizado o equilíbrio entre oferta e demanda, observando-se as características de cada cadeia produtiva e as características dos produtos dentro da estrutura regional.

¹ Notações adaptadas de FEE (2007).

1.7 CONSUMO DO GOVERNO

O consumo do governo corresponde à despesa com a produção de bens e serviços públicos das três esferas de governo. Nesta produção estão englobadas a saúde e a educação pública. Como as atividades de produção de bens e serviços do governo são consideradas não mercantis, ou seja, não são vendidas no mercado de bens e serviços, para determinar a produção do governo, as contas nacionais e regionais utilizam os custos de produção, que envolvem principalmente o pagamento dos funcionários públicos e o consumo corrente da administração pública.

1.8 CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Para a elaboração da estimativa do consumo das famílias, foram utilizados microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009, por ser a mais recente até o presente momento, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2008 e 2015, divulgados pelo IBGE.

Por meio da POF foi possível verificar o perfil de consumo das famílias, por grupos de classe econômica. Para relacionar os produtos classificados da POF 2008, conforme CNAE-domiciliar, aos do Sistema de Contas Nacionais, foi utilizado o Tradutor POF 2008-2009 - Consumo final das famílias/Contas Nacionais. Assim, foi possível a construção de uma estrutura de despesas com produtos e serviços compatíveis com Contas Nacionais, estratificados por oito faixas de renda, de acordo com o salário mínimo de 2008 (1 salário mínimo em vigor no ano de 2008 = R\$ 415,00). O quadro 1 mostra os grupos de classe econômica.

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE FAMÍLIAS POR RENDIMENTO, EM SALÁRIOS MÍNIMOS - 2008

GRUPOS	SALÁRIOS MÍNIMOS	VALOR (R\$)
1	Até meio salário	< 207,5
2	Mais de meio salário até 1 salário	> 207,5 a 415
3	Mais de 1 até 2 salários	> 415 a 830
4	Mais de 2 até 3 salários	> 830 a 1.245
5	Mais de 3 até 5 salários	> 1.245 a 2.075
6	Mais de 5 até 10 salários	> 2.075 a 4.150
7	Mais de 10 até 20 salários	> 4.150 a 8.300
8	Mais de 20 salários	> 8.300

FONTE: FEE (2007)

Para realizar a projeção do perfil de consumo de 2008 para o ano de 2015, foi extraída da PNAD a estrutura de rendimento, para os respectivos anos. Isso faz com que o perfil de consumo das famílias varie ao longo do tempo, uma vez que pode haver mudanças de grupos de classe econômica nesse período. Os valores obtidos das despesas, por faixa de renda, de 2008 foram projetados para o ano de 2015, usando o mesmo critério de faixas salariais estratificadas, sendo rateados pelos dados referentes ao rendimento mensal (anualizado), de todas as fontes para pessoas de 10 anos ou mais

de idade, da PNAD de 2003, em cada estrato e, posteriormente, fatorados pelos resultados correspondentes obtidos por meio da PNAD de 2008.

Como se utilizam pesquisas com metodologias distintas, certos produtos precisaram de alguns ajustes, tais como:

- a) para o consumo das famílias com automóveis, camionetas e utilitários, a POF apresenta o peso da despesa nos orçamentos das famílias, enquanto as Contas Nacionais mostram a parte da produção que foi adquirida pelas famílias. Desse modo, o ajuste foi realizado através do coeficiente de Contas Nacionais e projetado para 2015;
- b) para o consumo com eletrodomésticos, que são comprados pelas famílias, utilizou-se o mesmo método de ajuste de automóveis;
- c) no consumo com aluguéis e plano de saúde, por sua vez, o ajuste foi realizado por meio do equilíbrio.

1.9 FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) é um componente do fluxo que configura o investimento ou “capital”. Na FBKF incluem-se os valores da aquisição de bens de capital novos, da importação de bens de capital usados e as aquisições líquidas de cessões de bens de capital existentes na economia. Nesses termos, são elencados os valores das construções, dos equipamentos instalados, dos meios de transporte, dos serviços de montagem e instalação de máquinas, além dos fluxos considerados como ativos nas atividades da agropecuária, como novas culturas permanentes, novas matas plantadas, variação do efetivo de bovinos destinados à produção de leite e reprodução.

Assim, para estimar a FBKF do Estado do Paraná foi necessário verificar quais produtos se enquadram nessa categoria. A seleção dos produtos, pautada pelas correspondências internacionais entre NCM 2011 x CNAE 2.0 x PRODLIST 2010 x CGCE-IBGE x Contas x BEC, relacionou os códigos da NCM à classificação do *Classification by Broad Economic Categories* (BEC), por categoria de uso, correspondentes aos bens de capital.

Juntamente à base de dados das NF, as pesquisas utilizadas para buscar os valores referentes à produção das atividades relacionadas com a FBKF, dentro dos setores da agropecuária, da indústria e da construção, foram, respectivamente, as do Censo Agropecuário, Pesquisa Industrial Anual (PIA) e Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC). Paralelamente, foram utilizados os dados de Notas Fiscais Eletrônicas, disponibilizados pela SEFA, para o comércio por vias internas, e os dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), por meio do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICE-Web), para identificar os valores das exportações e importações.

1.10 VARIAÇÃO DE ESTOQUES

A variação de estoques (VE) é calculada pelo saldo das entradas e saídas nos estoques ao longo de um ano. A valoração do VE é mensurada pelos preços de mercado do momento da transação, seja de matérias-primas, produtos semielaborados ou produtos acabados, que não façam parte do capital fixo e que num momento dado se encontrem em poder das unidades de produção residentes.²

No Paraná, a variação de estoque de cada produto da economia foi calculada pelo valor da produção de cada produto do Estado em relação ao valor da produção de cada produto do Brasil, multiplicados pela variação de estoque dos respectivos produtos nacionais, conforme a equação 2.

$$VE_i^{PR} = \left(\frac{VBP_i^{PR}}{VBP_i^{BR}} \right) * VE_i^{BR} \quad (2)$$

Após a obtenção dos resultados, esses valores foram ajustados pelo equilíbrio de oferta e demanda.

1.11 COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO

Os componentes do valor adicionado bruto (VAB) são obtidos pela diferença entre o valor bruto de produção (VBP) e o consumo intermediário (CI), resultando no valor adicionado gerado em cada atividade e distribuído entre os fatores de produção, capital e trabalho, e impostos e subsídios. Essa estrutura apresenta também o fator trabalho em cada atividade.

1.11.1 Remuneração dos Empregados

A remuneração do trabalho é composta pelos salários, contribuições sociais efetivas (previdência oficial/FGTS e previdência privada) e contribuições sociais imputadas. Já, para a obtenção dos rendimentos, várias fontes foram utilizadas: PIA, Pesquisa Anual dos Serviços (PAS), Pesquisa Anual do Comércio (PAC), PAIC, PNAD, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e balancetes anuais da ITAIPU e COPEL.

1.11.2 Excedente Operacional Bruto e Rendimento Misto Bruto

O Excedente Operacional Bruto (EOB) pode ser compreendido como a remuneração do capital das empresas constituídas, podendo ser identificado como o rendimento exclusivo da propriedade. O rendimento misto (RM), por sua vez, é a remuneração das ocupações autônomas, que recebem renda de seu trabalho e do capital, nas quais não é possível separar qual a participação dos fatores capital e trabalho.

² Por convenção, as famílias e as atividades não mercantis das administrações públicas e instituições sem fins de lucro a serviço das famílias, enquanto consumidoras, não detêm estoques.

1.11.3 Impostos e Subsídios Sobre Produtos e Produção

Os impostos e subsídios sobre produtos e produção paranaense foram calculados pela relação dos impostos e subsídios brasileiros e o VAB da TRU brasileira, sendo distribuídos nas atividades conforme a ponderação resultante.

1.11.4 Pessoal Ocupado

O fator trabalho complementa a tabela de Componentes do Valor Adicionado, com a estimativa do pessoal ocupado em cada atividade econômica. Para a obtenção do fator trabalho (ocupações), como fonte principal de informação foi utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), pois ela contém informações necessárias para um maior detalhamento. Além dessa base de dados, foram utilizadas as pesquisas econômicas do IBGE (PIA, PAC e PAS).

Para a extração dos microdados da PNAD, referentes ao fator trabalho e remuneração, foram consideradas somente as informações da População Economicamente Ativa (PEA), com pessoas entre 15 e 65 anos de idade, estabelecida a classificação de acordo com o regime de trabalho, considerando como principal atividade do trabalhador aquela com maior tempo de permanência ou maior remuneração, conforme a metodologia das Contas Nacionais.³ Os empregados foram agrupados em formais, informais, funcionários públicos e militares, pessoas que trabalham por conta própria e trabalhadores não remunerados.

A partir dos critérios e classificação estabelecidos, as informações referentes à distribuição total e absoluta foram extraídas, comparadas, selecionadas e tratadas para cada atividade econômica, conforme as Contas Nacionais.

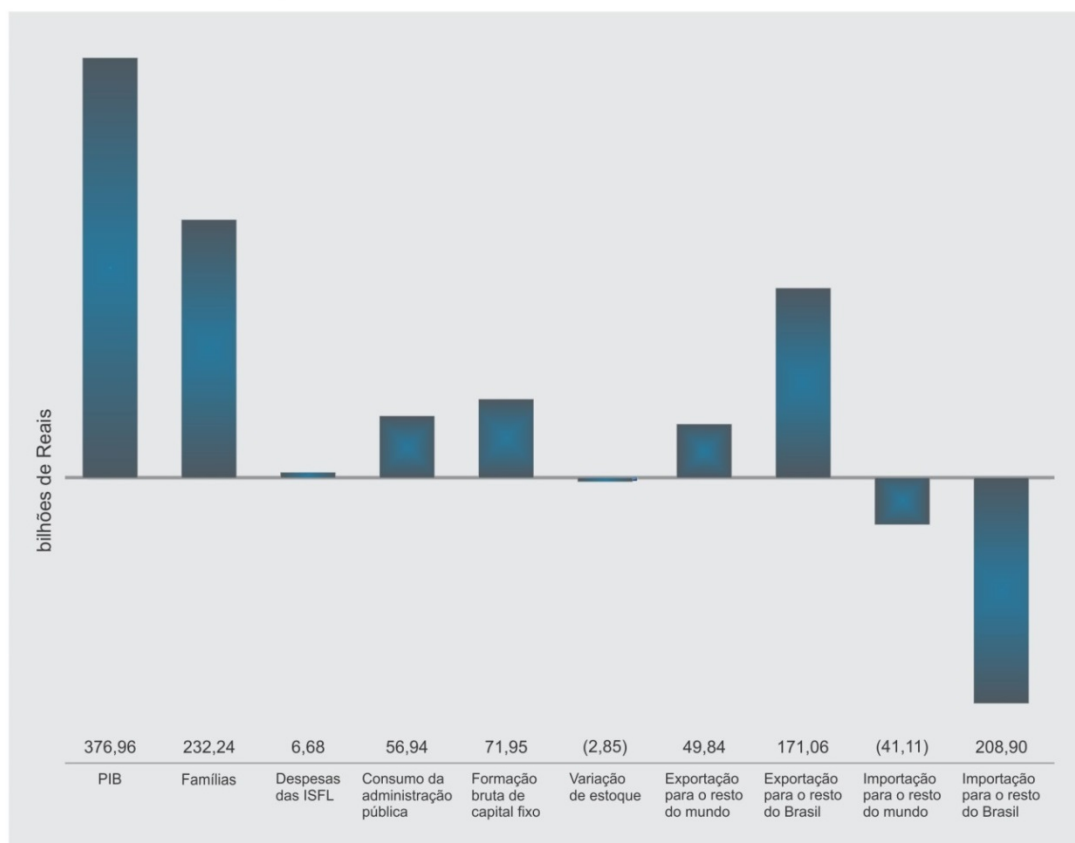
³ Conforme a metodologia das Contas Nacionais, ter uma ocupação ou emprego, para uma pessoa ocupada, consiste em exercer suas atividades num posto de trabalho em uma unidade de produção. Uma mesma pessoa pode ter mais de uma ocupação, uma das quais é considerada a principal.

2 PRINCIPAIS RESULTADOS

A Tabela de Recursos e Usos (TRU) do Estado do Paraná foi elaborada com 42 atividades e 99 produtos. Os resultados são compatíveis com as informações das Contas Regionais divulgadas pelo IBGE. O principal objetivo na construção da TRU paranaense é conhecer a estrutura econômica do Estado. Isto é possível porque a TRU apresenta os resultados do valor adicionado por atividade e o cálculo do Produto Interno Bruto pelas três óticas – do produto, da despesa e da renda.

Em 2015, o Produto Interno Bruto paranaense foi de 376,96 bilhões de reais. Pela ótica do dispêndio, o PIB pode ser decomposto em 78,5% em despesa de consumo final, 18,3% em formação bruta de capital e 3,2% em exportações líquidas. O principal componente da demanda foi o consumo das famílias, que representava 61,6% do PIB. A participação do consumo do governo, que inclui as três esferas, no fornecimento de bens e serviços públicos foi de 15,1%. A formação bruta de capital fixo, para o ano de 2015, em valores correntes correspondeu a R\$ 71,94 bilhões, participando em 18,3% do PIB. As exportações internacionais e interestaduais participaram com 58,6% do PIB. Essa movimentação de mercadoria representou 13,2% de exportação para o resto do mundo e 45,4% para o resto do Brasil (gráfico 1). No ano de 2015 o resultado econômico do Estado acompanhou a queda do PIB do Brasil (-3,5%), com queda real de 3,4% do PIB paranaense, em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO DO PIB DO PARANÁ PELA ÓTICA DA DEMANDA - 2015

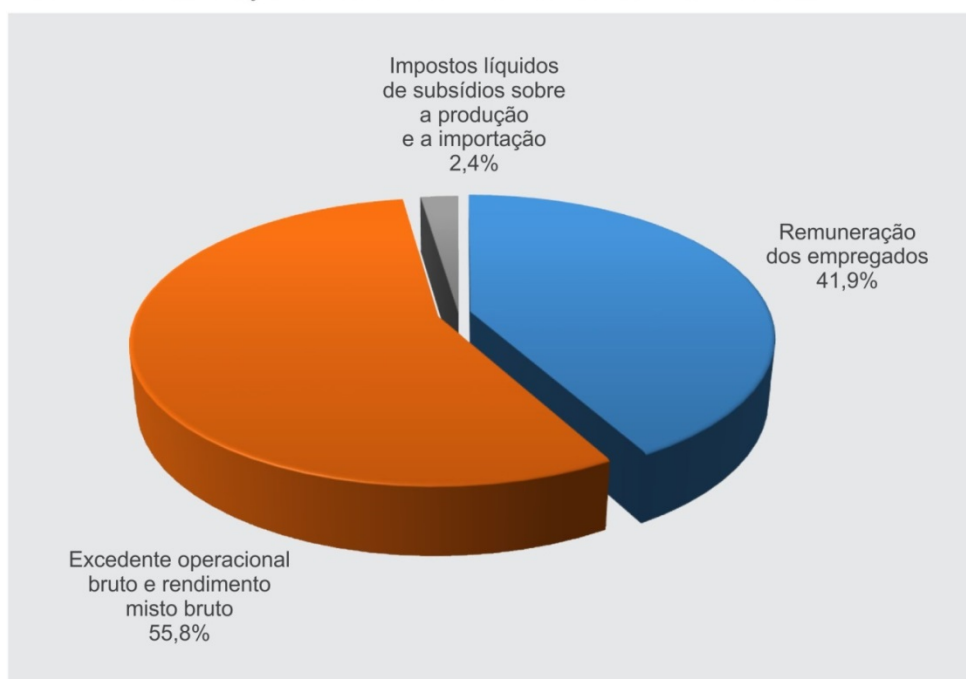


FONTE: Dados da pesquisa

Pela ótica do cálculo da renda, é apresentada a estrutura de repartição da renda gerada no

processo produtivo. Os resultados demonstraram que 55,8% do PIB foi apropriado pelo capital na forma de excedente operacional bruto e de rendimento misto, que corresponde à remuneração dos autônomos, enquanto os empregados ficaram com 41,9% (gráfico 2). Finalizando, a proporção referente aos impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação, que são pagos ao governo, ficou com 2,4%.

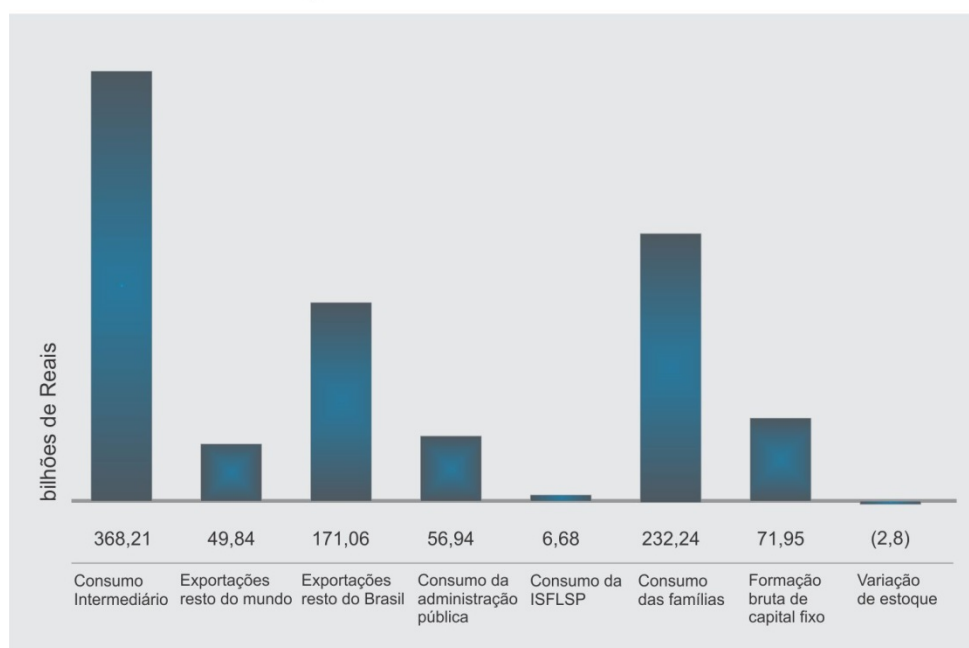
GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO DO PIB DO PARANÁ PELA ÓTICA DA RENDA - 2015



FONTE: Dados da pesquisa

Acompanhando os resultados do gráfico 3, verificam-se os componentes da demanda total paranaense. A demanda total tem dois destinos, para o consumo intermediário e para a demanda final. Assim, da demanda total, 38,6% corresponde ao consumo intermediário, utilizado para a produção de outros bens e serviços. Complementarmente, tem-se 61,4% com demanda final, composta pelo consumo das famílias (24,3%), o consumo da Administração Pública (6,0%), despesa das ISFL (0,7%), Formação Bruta de Capital Fixo - FBKF (7,5%), exportação para o resto do mundo (5,2%) e exportação para o resto do Brasil (17,9%). Em particular, o resultado das exportações para o resto do Brasil tem forte influência atrelada ao refino de petróleo e coque.

GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO DA DEMANDA TOTAL DO PARANÁ - 2015

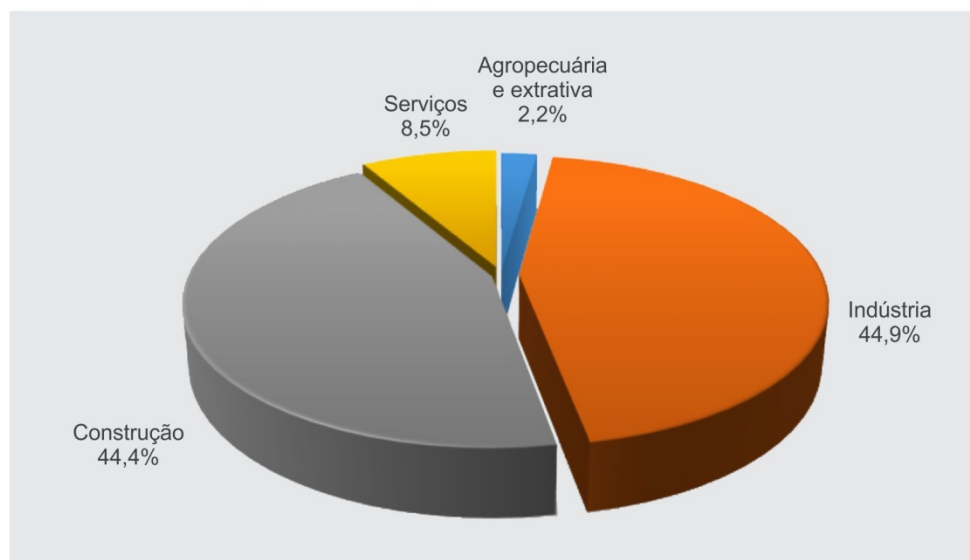


FONTE: Dados da pesquisa

A formação bruta de capital, que é resultante da formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques, correspondeu a R\$ 69,1 bilhões para a economia paranaense, no ano de 2015. Esse resultado representa 18,3% do PIB estadual.

Em termos de participação das atividades econômicas no ativo na formação bruta de capital fixo, a Construção civil representou 44,4%, que engloba desde a construção de casas populares até grandes obras de infraestrutura. A compra das atividades na Indústria de transformação de máquinas e equipamentos, nacionais e importados, representou 44,9% da FBKF, enquanto serviços e a Agropecuária, juntos, representam 10,7%. Na Agropecuária, os bovinos e outros animais vivos formam a maior parte da formação bruta de capital fixo (gráfico 4).

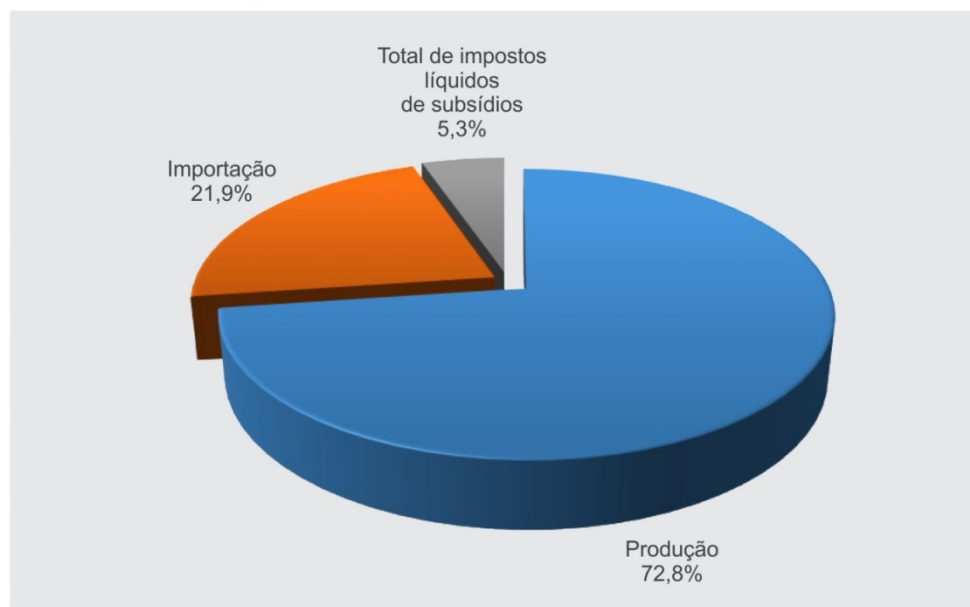
GRÁFICO 4 - COMPOSIÇÃO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO DO PARANÁ - 2015



FONTE: Dados da pesquisa

A oferta total da economia paranaense em 2015 foi de R\$ 954,07 bilhões. A produção das atividades paranaense corresponde a 72,8% desse montante, enquanto as importações e o total de impostos líquidos de subsídios representaram 21,9% e 5,3%, respectivamente (gráfico 5). Decompondo a produção, a Agropecuária e Extrativa representam 7,8% da produção paranaense, e a Indústria de transformação e Serviços representam 43,3% e 48,9%, respectivamente, do valor da produção. Com relação às importações do exterior, destaca-se a compra de produtos relacionados a Outras máquinas e equipamentos mecânicos e Produtos químicos inorgânicos, ambos com 11,1% do total. Para importações de outras unidades da Federação, destaca-se a atividade Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, com cerca de 7% das importações por vias internas.

GRÁFICO 5 - COMPOSIÇÃO DA OFERTA TOTAL DO PARANÁ - 2015

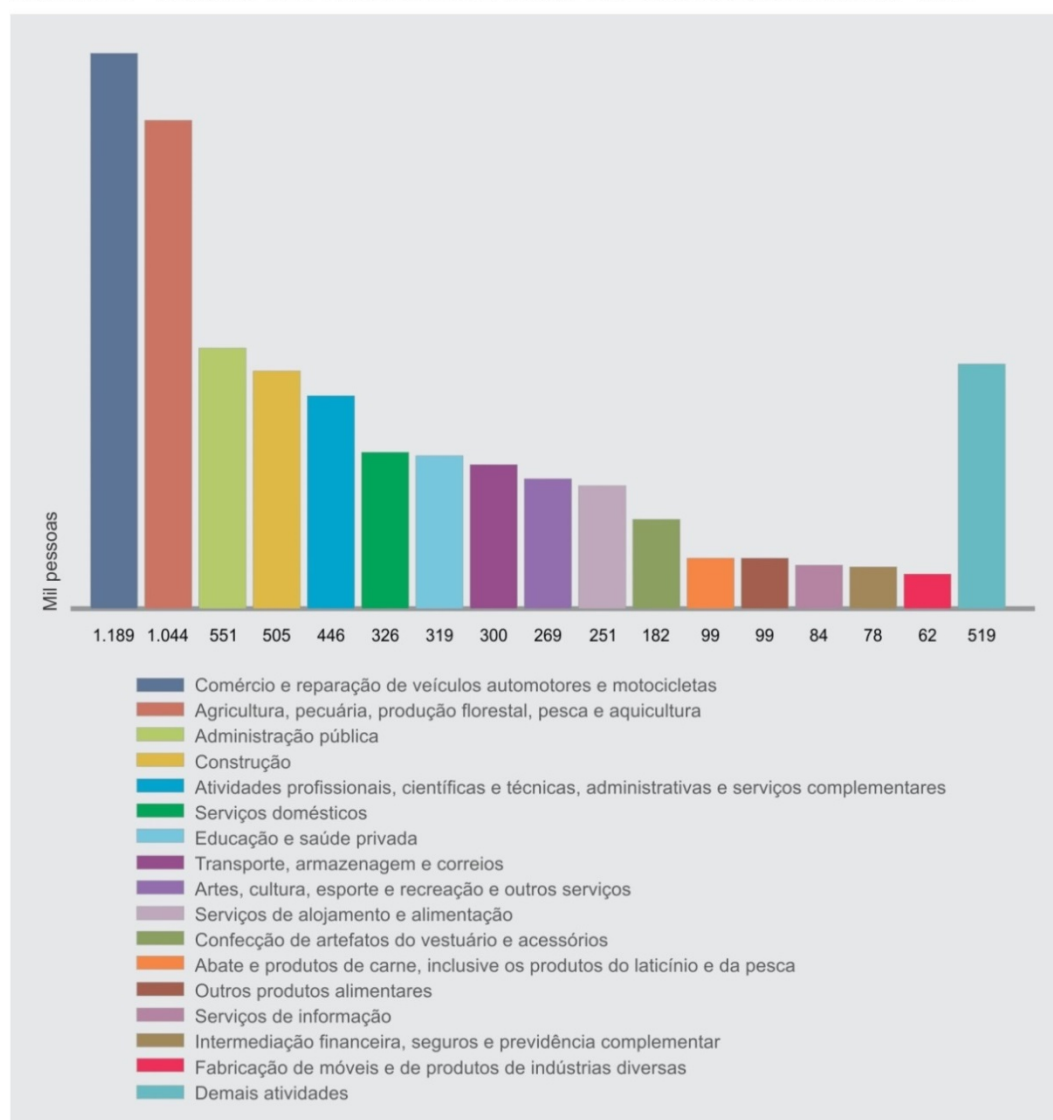


FONTE: Dados da pesquisa

Em 2015, o número de pessoas ocupadas nas atividades econômicas do Paraná somou mais de 6,32 milhões, considerando empregados, empregadores, contas-próprias, trabalhadores domésticos e trabalhadores sem remuneração. A maior representação é dada pela atividade Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, com 1,19 milhões de ocupações, que representam 18,8% do total de ocupações no Estado.

Esse setor é seguido pela Agropecuária, com 1,04 milhões de pessoas ocupadas, indicando participação de 16,5%, e pela Administração pública, com 551 mil ocupações (8,7% do total). Logo após, seguem Construção (8,0%), Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (7,0%) e Serviços domésticos (5,2%). Vale ressaltar o baixo número do fator trabalho nas atividades de Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustível (0,06%), de Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (0,04%) e Fabricação de produtos do fumo (0,01%) - gráfico 6.

GRÁFICO 6 - NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS, POR ATIVIDADE, NO PARANÁ - 2015



FONTE: Dados da pesquisa

NOTA: Demais atividades estão detalhadas na tabela 1.

A tabela 1 mostra a participação de cada atividade econômica nos itens remunerações,

rendimento misto bruto e excedente operacional bruto. O primeiro item é a remuneração, no qual a maior participação é da Administração pública, com 25,6% do total das remunerações da economia paranaense, seguida pela Indústria de transformação (20,3%), Comércio (16,1%) e Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (7,1%). Do outro lado, a Indústria extrativa e Aluguéis (0,2%) e Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (1,6%) mostram as mais baixas participações nas remunerações do Estado.

O segundo item componente da tabela é a participação das atividades no Excedente Operacional Bruto (EOB) e rendimento misto bruto. A atividade Aluguéis apresenta a maior concentração nesse rendimento, totalizando mais de 17,5%. Esse resultado se deve à alta quantidade de pessoal conta-própria. Em segundo lugar posiciona-se a Agropecuária (15,6%), seguida pelo Comércio (14,3%) e Transformação (10,4%).

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO BRUTO E DO FATOR TRABALHO NA ECONOMIA DO PARANÁ - 2015

ATIVIDADE	COMPONENTES DO VALOR ADICIONADO BRUTO (%)			FATOR TRABALHO (%)
	Remunerações	EOB e Rendimento Misto Bruto	Ocupação	
Agropecuária	2,7	16	16,5	16,5
Extrativa	0,2	0	0,1	0,1
Transformação	20,3	10	13,8	13,8
Geração e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,6	7	0,8	0,8
Construção	4,5	6	8,0	8,0
Comércio	16,1	14	18,8	18,8
Transportes	5,4	5	4,7	4,7
Alojamento e Alimentação	2,3	1	4,0	4,0
Informação	2,3	3	1,3	1,3
Financeiro	4,9	4	1,2	1,2
Aluguéis	0,2	18	0,5	0,5
Atividades profissionais	7,1	7	7,0	7,0
Administração pública	25,6	3	8,7	8,7
Saúde e educação mercantil	4,6	3	5,0	5,0
Artes, cultura e outros	-	3	4,2	4,2
Serviços Domésticos	2,1	0	5,2	5,2
TOTAL	100,0	100	100,0	100,0

FONTE: Dados da pesquisa

NOTA: Outros serviços: Serviços de Manutenção e Reparação, Serviços Prestados às Empresas e Serviços Prestados às Famílias e Associativas.

Sinais convencionais utilizados:

- dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

0,0 dado numérico igual a zero resultante de arredondamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou o procedimento metodológico para a construção da Tabela de Recursos e Usos (TRU) paranaense para o ano de 2015, pela primeira vez, utilizando dados das Notas fiscais Eletrônicas (NF-e), o que viabiliza uma análise detalhada da estrutura econômica do Estado, possibilitando o estudo de implementação de políticas econômicas e sociais.

A TRU usou como principal base de dados as Notas fiscais Eletrônicas e os resultados das contas regionais. Entretanto, para validação e complementação de informações foram necessárias outras pesquisas, como a Pesquisa Industrial Anual, a Pesquisa Anual do Comércio e a Pesquisa Anual dos Serviços. A diferença entre a TRU nacional e a regional é que esta última apresenta uma coluna a mais, que corresponde ao comércio por vias internas. Essa informação foi obtida na Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) do Paraná.

Quanto ao Produto Interno Bruto analisado pela ótica da demanda, o consumo das famílias representa 61,6% do total de 232,24 bilhões de reais, o consumo do governo 15,1%, e a formação bruta de capital fixo 18,3%. Para a venda de bens e serviços via exportação, interestaduais e exteriores, tem-se 58,6%, contra importações de 55,4%. Assim, o Estado do Paraná tem superávit no comércio externo e por vias internas de 3,2% do PIB. Destacam-se, como produtos exportados para o exterior, os produtos da soja, e, para outros estados, a exportação dos produtos do Refino de petróleo. Como importações, sobressaem produtos relacionados a Outras máquinas e equipamentos mecânicos e Produtos químicos inorgânicos.

REFERÊNCIAS

FEIJÓ, Carmen A.; RAMOS, Roberto L. O. (Org.). **Contabilidade social**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Matriz de insumo-produto do Rio Grande do Sul - 2003**. Porto Alegre, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Regionais: tabela de recursos e usos: metodologia**. Rio de Janeiro, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nota metodológica das Contas Regionais Referência 2010**. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 2016.

APÊNDICE - COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 2015

COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO - PARANÁ - 2015

COMPONENTES DO PRODUTO INTERNO BRUTO	VALORES (R\$ 1.000.000)
A - Ótica da produção	
Produto Interno Bruto	376.963
Produção	694.838
Impostos indiretos sobre produtos	50.332
Consumo intermediário (-)	(-) 368.207
B - Ótica da despesa	
Produto Interno Bruto	376.963
Despesa de consumo final	295.866
Despesa de consumo das famílias	232.240
Despesa das ISFL	6.683
Despesa de consumo da administração pública	56.942
Formação bruta de capital	69.098
Formação bruta de capital fixo	71.947,85
Variação de estoque	(-) 2.850
Exportação de bens e serviços	220.902
Exportação internacional de bens e serviços	49.843
Exportação interestadual de bens e serviços	171.059
Importação de bens e serviços (-)	(-) 208.903
Importação internacional de bens e serviços (-)	(-) 41.109
Importação interestadual de bens e serviços (-)	(-) 167.793
C - Ótica da renda	
Produto Interno Bruto	376.963
Remuneração dos empregados	157.850
Salários	125.966
Contribuições sociais efetivas	28.323
Contribuições sociais imputadas	3.561
Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	210.182
Rendimento misto bruto	-
Excedente operacional bruto	-
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação	8.930

FONTE: Dados da pesquisa